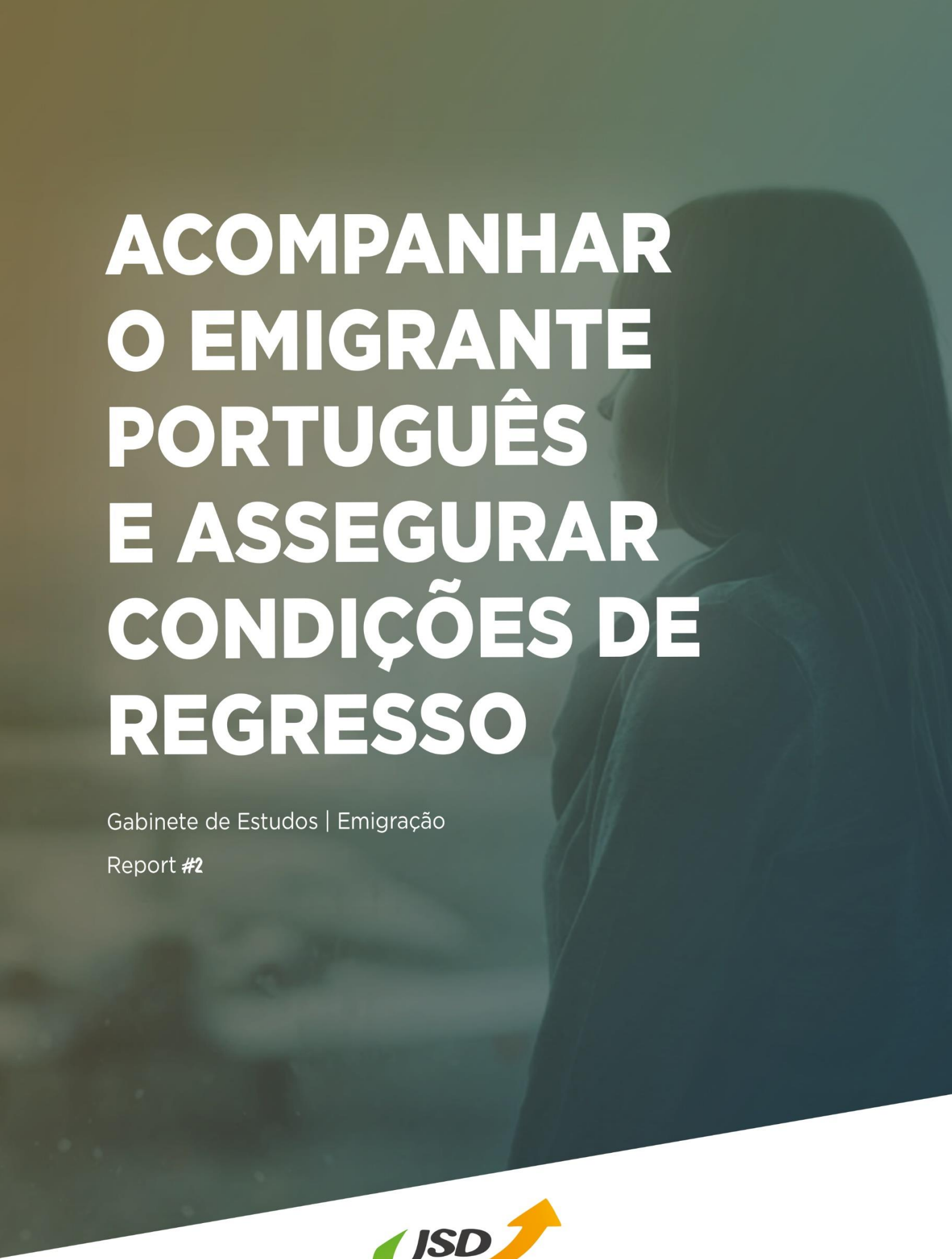


ACOMPANHAR O EMIGRANTE PORTUGUÊS E ASSEGURAR CONDIÇÕES DE REGRESSO

Gabinete de Estudos | Emigração

Report #2

JSD
JUVENTUDE
SOCIAL DEMOCRATA

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA pág.1

SUMÁRIO EXECUTIVO pág.2

(E)MIGRAÇÃO: NÚMEROS E TENDÊNCIAS

| Emigrantes: Um AND Global

| Portugal: a emigração portuguesa e a emigração jovem: Por que saem os Portugueses/jovens? O que os leva a regressar?

pág.3

A FIXAÇÃO DE JOVENS PORTUGUESES pág.16

O REGRESSO DE UMA GERAÇÃO - "UM BOM FILHO A CASA RETORNA"

| A geração perdida - O "Brain Drain" pelo mundo: França, EUA, Taiwan, Irlanda, Europa e Portugal.

pág.18

A LUSOFONIA NO MUNDO

| Sou cidadão Português, posso votar, certo?

| A carta de condução

| Redes e Diásporas

pág.27

REFLEXÕES CRÍTICAS E CONCLUSÕES pág.36

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A migração - fenómeno de movimento de pessoas de um lugar para outro com a intenção de se estabelecerem, de forma permanente ou temporária num novo lugar - é intrínseca à humanidade. Está na origem do estabelecimento das populações como hoje conhecemos, resultado da movimentação e integração do processo evolutivo da espécie humana.

O fenómeno de *brain drain* - pessoas com elevada qualificação que, desde o início da crise na zona euro, têm emigrado - tem sido uma realidade vivida na União Europeia (UE). A "fuga de cérebros" refere-se à perda de capital humano com conhecimento e aptidões técnicas, cuja migração tem impacto social e económico significativo.

Porém, as abordagens e estratégias no que toca às migrações diferem muito. É um tema de difícil consenso, dadas as especificidades das motivações e causas para este tipo de mobilidade humana.

Preocupamo-nos, em particular, com a emigração de muitos jovens portugueses. Esta preocupação surge por considerarmos que o caso português não se insere num enquadramento positivo, natural num mundo globalizado, aberto e livre. Surge, sim, das inúmeras histórias contadas pelos próprios emigrantes – histórias sobre preocupações laborais, financeiras, falta de oportunidades e de perspetivas de aqui conseguirem iniciar os seus projetos de vida. Histórias sobre o medo de não conseguir ter o futuro desejado em Portugal. Histórias sobre a necessidade de sair, sem querer.

O presente relatório apresenta uma análise profunda e atualizada, focado na emigração portuguesa, debruçando-se sobretudo em três perspetivas:

1 | Reflexão sobre a fixação de jovens em Portugal;

2 | Possibilidade de regresso de jovens Portugueses emigrantes;

3 | Promoção do fortalecimento da relação que jovens emigrantes possam estabelecer e/ou manter com Portugal.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

A FIXAÇÃO DE JOVENS PORTUGUESES:

- **Principal Problema:** A emigração portuguesa acentuou-se bastante a partir de 2010, tendência que tem sido revertida nos últimos anos, especialmente a partir de 2014, com o final do programa de ajustamento imposto pela Troika, ainda no tempo do Governo do PSD/CDS-PP. Muitas empresas revelam ainda ter dificuldade em encontrar jovens qualificados em certas áreas, enquanto os jovens dizem não encontrar um emprego de acordo com as suas habilitações académicas e profissionais, demonstrando um desfasamento entre as competências que os jovens têm e aquelas que as empresas procuram, em certas áreas.
- **Solução:** Desenvolvimento, por parte do IEFP, de um programa de coaching para os jovens portugueses, através de voluntários que incluam pessoas de sucesso nas áreas de interesse do jovem. Além disso, deverá ser criado, na sua plataforma, uma base de dados que permita a comparação da posição para a qual o jovem está a concorrer em Portugal com a mesma posição no estrangeiro, obrigando desse modo as empresas portuguesas a competir por talento diretamente com as estrangeiras.

O REGRESSO DE UMA GERAÇÃO: "O BOM FILHO À CASA TORNA"

- **Principal Problema:** 84% das respostas de emigrantes portugueses ao inquérito do projeto Empreender 2020, sugerem a importância da definição de uma estratégia nacional de apoio ao regresso da geração de jovens emigrantes qualificados;
- **Solução:** Criação de um Fórum Nacional da Migração, para o qual sejam convidados todos os emigrantes portugueses, de modo a se aproximar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, retirando daqui o feedback dos nossos migrantes para se desenvolver programas nacionais que vão ao encontro das necessidades e problemas levantados durante este Fórum.

A LUSOFONIA NO MUNDO

- **Principal Problema:** Existem diversas referências negativas das nossas diásporas relativamente à forma como trabalham os consulados, considerando-os muito burocratizados, com horários de atendimento muito reduzidos, com atrasos a pedidos de renovação de passaportes e cartões de cidadão, o que leva ao afastamento progressivo entre os que partem e os que ficam.
- **Solução:** Investimento na divulgação e promoção do Contingente Especial para Candidatos Emigrantes Portugueses e Familiares que com eles residam. Apesar deste contingente já existir, consideramos que é pouco divulgado pelas Embaixadas junto das comunidades portuguesas, impossibilitando a vinda de alguns jovens por mero desconhecimento. Esta promoção permite a reaproximação da nossa diáspora ao país, enquanto promove as nossas instituições de ensino, incentivando também o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros e os nossos consulados espalhados ao redor do mundo.

3. (E)MIGRAÇÃO: NÚMEROS E TENDÊNCIAS

3.1. EMIGRANTES: UM ADN GLOBAL

A migração é algo naturalmente ligado à Europa. Desde logo, nos fundamentos da UE, constam como valores supraconstitucionais quatro liberdades fundamentais: a livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais.

Ao nível interno, os estados membros da UE oriental têm o maior número de emigrantes, com destino ao oeste europeu, em especial ao Reino Unido e à Alemanha. Em termos externos, fatores económicos, sociais, políticos, históricos e culturais explicam um grande número de migrantes extracomunitários para alguns Estados-Membros. A existência de um vínculo colonial anterior, e de um sistema jurídico e uma língua oficial comum são fatores que tornam a UE atrativa para muitos cidadãos estrangeiros (Migali e Natale, 2017).

No que toca, em particular, às gerações mais jovens, um dos principais estímulos da migração atual deve-se à procura por formação académica, resultando num aumento de estudantes deslocados do seu país que, apesar de inicialmente acreditarem que se trata apenas de uma experiência temporária, acabam por se integrar num estilo de vida diferente, optando por não regressar ao seu país de origem.

Segundo o *International Organization for Migration's Global Migration Data Analysis Centre*, entre 2011 e 2016, o número de estudantes internacionais cresceu de 3.961.200 para 4.854.346 estudantes, respetivamente - ou seja, em apenas 5 anos o número de estudantes internacionais aumentou em quase 1 milhão. Com a passagem do tempo pode crescer um sentimento de inexistência de raízes na atual geração de jovens, pela divergência que o rumo das suas vidas levou versus a sua família e amigos, diminuindo progressivamente o vínculo ao país de origem (Reiche, 2013). Por outro lado, podem ser também os laços afetivos – com a rede familiar e de amizades – que motivam o regresso, pelo que é importante considerarmos as migrações tendo em conta as redes no país de origem (Albert e Ferring, 2013).

Face a este potencial problema de desenraizamento, a solução poderá passar por regressar ao país de origem de forma planeada e/ou progressiva. Na verdade, voltar para casa pode não ser fácil e, de facto, pode ser percebido como "começar tudo de

novo". Importa aqui também realçar que as condições económicas, sociais e de acesso ao mercado de trabalho no país de origem podem dificultar, ou não, o regresso para o jovem. No entanto, e segundo o artigo *Returning home after living abroad? Not as easy as expected!* (Reiche, 2013) existem várias abordagens para tornar esta transição mais positiva, nomeadamente através de:

1 | Uma preparação para a mudança e um planeamento com antecedência;
2 | O contacto com um mentor no país natal que auxilie com os preparativos do regresso;
3 | A comunicação com pessoas que estejam a viver a mesma experiência no exterior.

3.2. PORTUGAL: A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E A EMIGRAÇÃO JOVEM

Passando agora para o caso português, importa perceber em primeiro lugar quais têm sido os padrões migratórios registados nos últimos anos, assim como a sua evolução. Só conhecendo e analisando estes dados conseguiremos diagnosticar os verdadeiros problemas ao nível da emigração em Portugal, para que possam então ser sugeridas medidas para os solucionar efetivamente.

Portugal apresenta assim fluxos de emigração para os países mais desenvolvidos da Europa, sendo destino de fluxos imigratórios com origem em países de África, da América Latina e do Leste Europeu. Após quase duas décadas de se ter verificado que os fluxos imigratórios superavam os emigratórios, esta situação é revertida em 2011, fruto da crise económica e financeira em que o país se encontrava mergulhado. O Gráfico 1 mostra a evolução do saldo migratório desde 1980 até aos dias de hoje.

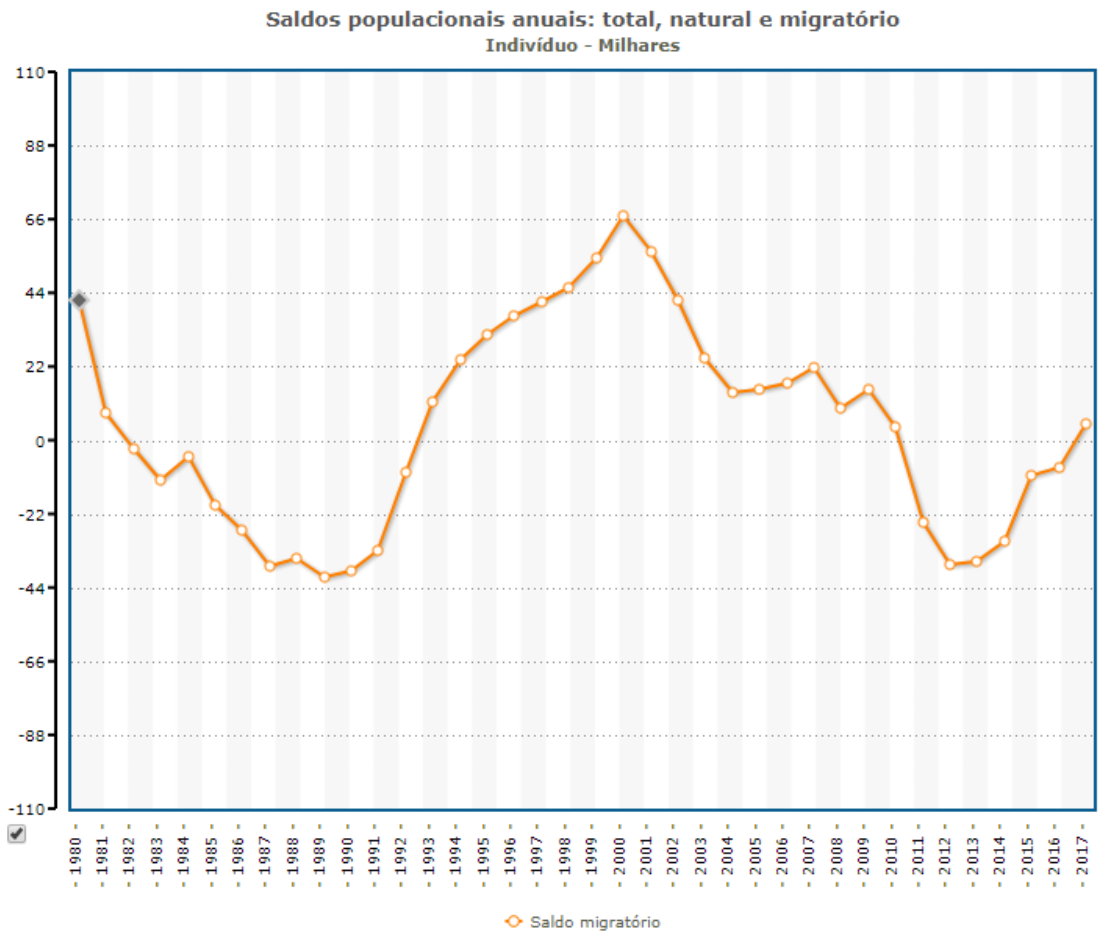
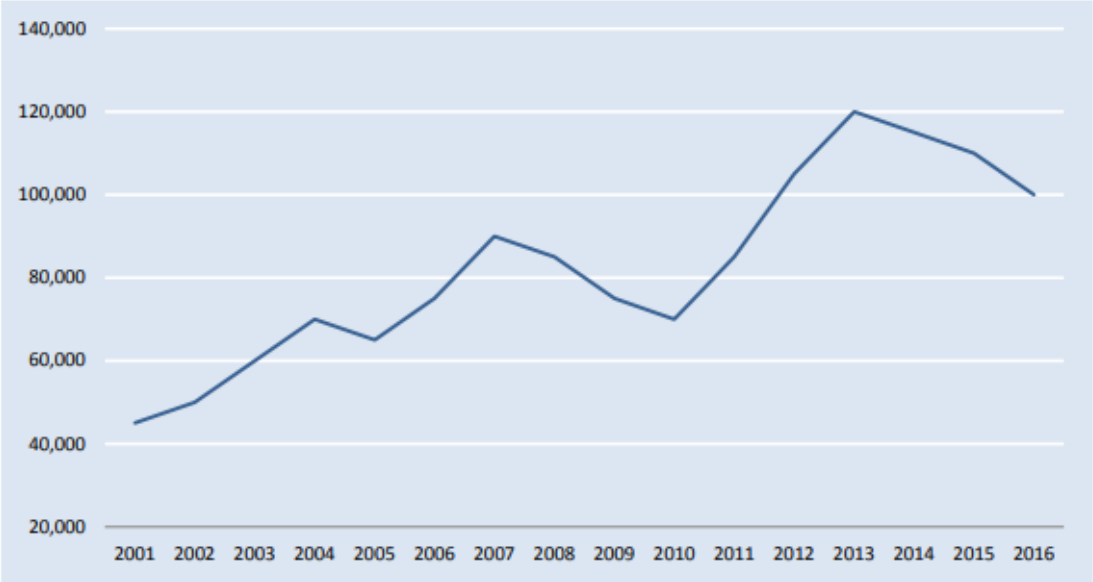


Gráfico 1. *Evolução do Saldo Migratório, 1980-2017, Pordata*

Embora o saldo migratório tenha registado valores negativos apenas a partir de 2011, a "onda" de emigração a que temos vindo a assistir começou já na altura de introdução do Euro, embora com algumas oscilações, tendo sido posteriormente acentuada pela crise da dívida pública que assolou Portugal, com o respetivo aumento do desemprego e degradação do nível de vida. O Gráfico 2 mostra a evolução dos fluxos emigratórios em Portugal, comprovando então o que foi dito acima.



Nota Os valores de 2015 e 2016 são provisórios.

Fonte Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

Gráfico 2. *Estimativa de saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2016, Observatório da Emigração*

Como já mencionado anteriormente, a emigração portuguesa acentuou-se bastante a partir de 2010, muito em parte devido à situação financeira que Portugal atravessou, com o programa de ajustamento imposto pelo memorando da Troika, destinado a corrigir o grave desequilíbrio nas contas públicas portuguesas. Nesse período, bateu-se o recorde de mais de 100.000 saídas por ano, com o pico máximo a atingir as 120.000, em 2013, sendo que a partir daí este valor diminuiu, embora a um ritmo mais lento, sendo coincidente com o início da recuperação económica do país.

Em 2015, em termos globais, encontrávamo-nos em 27.º lugar na lista de países com maior número de emigrantes, sendo que, em proporção da população do país de origem, éramos o 12º país do mundo e o 2º da Europa com mais emigrantes, com uma taxa de emigração de 22,3%, o que corresponde a 2,3 milhões de portugueses espalhados pelo mundo (Pires e outros, 2017).

Relativamente ao destino dos emigrantes portugueses, o seu destino preferido passou a ser o continente europeu. Fazendo uma análise comparativa entre a percentagem de emigrantes portugueses a escolherem como destino outros países europeus, nota-se que, entre 1960 e 2015, houve um aumento de 16% para 62% (Pires

e outros, 2017). Com base nesse relatório, os principais destinos dos nossos emigrantes são o Reino Unido, França, Suíça e Alemanha, sendo que esta tendência atinge o seu pináculo no Luxemburgo, no qual, em 2011, 30% da população emigrante era portuguesa, representando 12% da população total residente. Refira-se igualmente que, em 2017, Portugal registava a 3.ª maior população emigrante na Suíça, com cerca de 266 mil portugueses, representando assim 12,5% do total da população estrangeira na Suíça (Serviço Estatístico Federal Suíço, 2018) e a 3.ª maior em França (Pires e outros, 2017).

Olhando agora para os países com maior número de emigrantes portugueses, conseguimos observar algumas tendências nos mesmos (Pires e outros, 2017):

1 | França: 615 mil portugueses em 2014;
2 | Suíça: 266 mil portugueses, em 2017;
3 | Estados Unidos da América: 148 mil portugueses, em 2014;
4 | Canadá: 143 mil portugueses, em 2011;
5 | Brasil: 138 mil portugueses, em 2010;
6 | Reino Unido: 131 mil portugueses, em 2016;
7 | Alemanha: 112 mil portugueses, em 2016;
8 | Espanha: 100 mil portugueses, em 2016.

Importa referir que apenas conseguimos contabilizar as saídas através de estimativas, visto que em Portugal não é obrigatório por lei o registo dos dados referentes às saídas de emigrantes. Logo, os números acima mencionados são construídos com base em informação produzida pelos países de destino dos Portugueses, significando que nunca são contabilizados na totalidade os emigrantes portugueses por destino, pois podem emigrar para um destino e de seguida para outro. No Gráfico 3, apresentado abaixo, conseguimos verificar a inversão da tendência de emigração anteriormente falada, agora em termos de saídas/entradas permanentes - com o surgimento da crise financeira no início da segunda década do século XXI, a emigração permanente aumentou, por oposição à imigração permanente, tendência que tem sido revertida nos últimos anos, com o final do programa de ajustamento da Troika, ainda no tempo do Governo do PSD/CDS-PP.

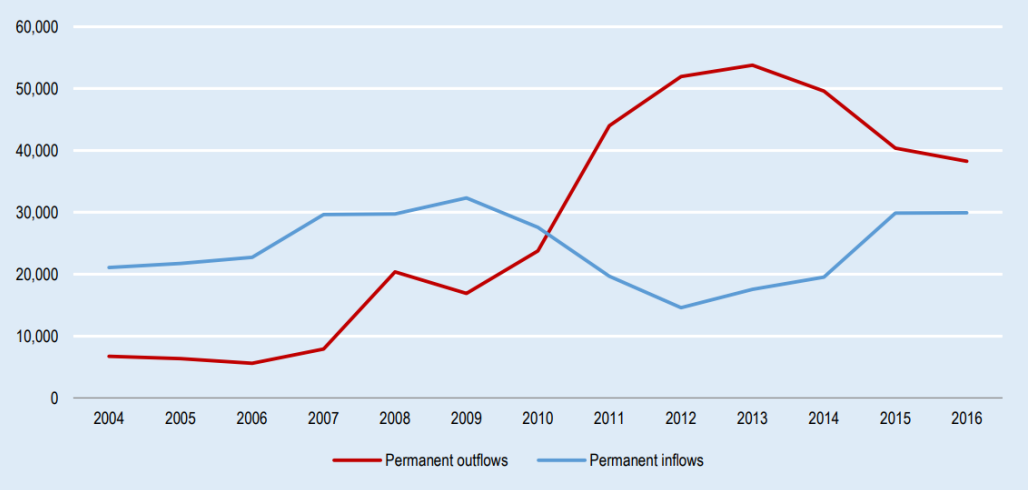


Gráfico 3. *Estimativas de entradas (azul) e saídas (vermelho) permanentes de Portugal entre 2004-2016, Eurostat*

O BI demográfico

Jovens (0-29 anos) – constituem 30,3% população portuguesa

Número de jovens com idade entre os 0-14 anos reduziu mais de 30% desde 1971

Os jovens encontram-se, sobretudo, concentrados nas Áreas Metropolitanas (AM) de Lisboa e Porto, ou noutras zonas do litoral centro/norte (sendo Lisboa e Sintra os concelhos com mais jovens do país)

Em média, por cada 100 jovens, Portugal tem 144 idosos.

Jovens emigrantes

3.2.1. PORQUE SAEM OS PORTUGUESES / JOVENS?

Portugal apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) per capita e um índice de desenvolvimento humano com valores inferiores aos dos principais países de destino emigratório, apresentando também, por outro lado, valores superiores para os mesmos índices, relativamente aos principais países de origem dos imigrantes que tem recebido nas últimas quatro décadas. A Tabela 1 sumariza os principais indicadores sociais de Portugal, comparando-os com os dos países com mais emigrantes portugueses, bem como com os dos principais países de origem dos

imigrantes que se encontram nas nossas fronteiras, corroborando deste modo o anteriormente dito.

Indicadores	Portugal	Três principais países de destino da emigração portuguesa			Três principais países de origem da imigração em Portugal		
		Reino Unido	Suíça	Alemanha	Brasil	Cabo Verde	Roménia
Área (1000 km2, 2016)	92.2	243.6	41.3	357.4	8,515.8	4.0	238.4
População (milhões, 2016)	10.3	65.6	8.4	82.7	207.7	0.5	19.7
Densidade populacional (pessoas por km2, 2016)	112.7	271.3	211.9	236.9	24.8	133.9	85.6
População urbana (% do total, 2016)	64.0	82.8	74.0	75.5	85.9	66.2	54.7
Crescimento populacional (% anual, 2016)	-0.3	0.8	1.1	1.2	0.8	1.2	-0.6
População com 0-14 anos (% do total, 2016)	13.9	17.6	14.8	13.1	22.1	30.7	15.3
População com 65 e mais anos (% do total, 2016)	21.1	18.4	18.2	21.3	8.2	4.4	17.4
Fecundidade total (nascimentos por mulher, 2015)	1.2	1.8	1.5	1.5	1.7	2.4	1.5
População ativa total (milhões, 2016)	5.2	33.9	4.9	43.3	108.3	0.3	9.3
População ativa com ensino superior (% do total, 2014)	23.1	40.0	37.6	27.0	..	..	18.3
Desemprego total (% da população ativa total, estimativa da OIT, 2016)	11.2	4.8	4.6	4.3	11.5	10.5	6.4
Desemprego de longa duração (% do desemprego total, 2014)	59.6	35.7	37.0	44.0	..	..	41.1
Desemprego jovem (15-24 anos, estimativa da OIT, 2016)	28.2	13.3	8.5	6.5	24.6	17.5	21.5
PIB (preços correntes, milhares de milhões de dólares, 2016)	204.6	2,618.9	659.8	3,466.8	1,796.2	1.6	186.7
Crescimento do PIB (% anual, 2016)	1.4	1.8	1.3	1.9	-3.6	3.9	4.8
PIB per capita (preços correntes, milhares de dólares, 2016)	19.8	39.9	78.8	41.9	8.6	3.0	9.5
Taxa de mortalidade infantil (mortes por 1000 nados-vivos, 2016)	2.9	3.7	3.6	3.2	13.5	18.2	7.7
Número médio de anos de escolaridade (2015)	8.9	13.3	13.4	13.2	7.8	4.8	10.8
Índice de desenvolvimento humano (2015)	0.8	0.9	0.9	0.9	0.8	0.6	0.8
Posição no índice de desenvolvimento humano (2015)	41	16	2	4	79	122	50

Tabela 1. *Comparação internacional de principais indicadores sociais, Pires e outros, 2017.*

A taxa de desemprego e as condições de trabalho são dois dos principais fatores que contribuem para a emigração (Reis, 2018; Pires e outros, 2017). Em termos de desemprego jovem, Portugal continua a registar um dos níveis mais elevados da UE. Segundo o artigo *Labour market statistics at regional level* (Eurostat, 2017) estima-se que no ano de 2017 a UE28 tenha registado o valor de 16,8% - ou seja, em média, em cada 100 jovens da população ativa a viver na União Europeia, cerca de 17 encontravam-se desempregados. Contudo, existem diferenças entre Estados-Membros e mesmo entre regiões dentro de cada país - se as percentagens de desemprego jovem atingiram valores elevados em algumas regiões do sul da Itália, Grécia, Espanha e em algumas regiões ultramarinas da França e Portugal (todas com mais de 50%), noutras regiões da Alemanha e da República Checa esses valores foram bastante reduzidos (com apenas 3,8%). Deste modo, verificam-se assim diferenças significativas entre os países (e regiões) da UE28, o que ajuda a explicar os movimentos migratórios dos jovens.

Por outro lado, e conforme vários estudos e inquéritos, a hipótese de aumentar rendimentos, o gosto pela cultura e o estilo de vida do país de destino são também importantes fatores motivadores. Para os jovens, os baixos salários relativos ao custo

de vida, em especial quando se consideram motivos como o **aumento dos preços no mercado imobiliário**, são fatores que os levam a emigrar (Comissão Europeia, 2010; Reis, 2018; Pires e outros, 2017).

Apesar das razões de atração supramencionados para viver e trabalhar noutro país, como a melhoria de qualidade de vida e das condições de trabalho, sair de casa e deixar a sua rede social (família e amigos), bem como os problemas com a língua do país de destino são tidos com os principais obstáculos a superar aquando da emigração (Comissão Europeia, 2010).

3.2.1.1 COMPARAÇÃO: PORTUGAL E REINO UNIDO

Conforme anteriormente referido, olhando para a emigração portuguesa, o Reino Unido destaca-se como o destino mais popular (Pires e outros, 2017). Já em 2016, num artigo do *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions* (Carrilho e Perista, 2016) é salientado que esta recente vaga de emigração era constituída especialmente por uma população jovem com qualificações superiores, contrariamente à vaga de emigração dos anos 60, que era maioritariamente composta por portugueses com baixas qualificações.

Deste modo, importa comparar os 2 países em termos de custo de vida, salários e qualidade de vida. A Juventude Social Democrata defende que é este último indicador que deve ter um peso preponderante. Na realidade, há vários estudos e dados disponíveis que permitem efetuar a comparação de forma simplista (Numbeo, 2019; Taylor, 2017) nos quais, apesar de algumas diferenças em termos de valores, se chega à conclusão que o custo de vida é menor em Portugal e os salários mais altos no Reino Unido. No entanto, apenas analisar estes valores torna difícil concluir em termos do benefício líquido da emigração.

O *European Quality of Life Survey 2016* (Eurofound, 2017) complementa esta informação, mostrando que, em Portugal, o nível de satisfação com os padrões de vida é 6,8 quando comparado com 7,7 no Reino Unido (valor médio numa escala de 0 a 10, sendo 10 o nível máximo de satisfação). Ainda segundo o mesmo estudo, a qualidade de vida num país varia com a estrutura etária (o peso dado a determinadas variáveis muda ao longo da vida), não sendo exclusivamente associada a questões

monetárias mas também ao conjunto de instituições presentes nas diferentes sociedades. Portugal apresenta-se com um nível de satisfação inferior em relação aos padrões de vida, um PIB *per capita* ajustado ao poder de compra menor e uma maior desigualdade na repartição do rendimento. Somos, portanto, um país mais pobre e mais desigual, fatores que consideramos preponderantes na avaliação da qualidade de vida.

Embora extremamente úteis, os dados acima apresentados sofrem algumas limitações na sua comparação, uma vez que há diferenças na estrutura da despesa entre os dois países: por exemplo, segundo as *Estatísticas Mundiais de Saúde 2018*, na área da saúde gasta-se em Portugal menos 60,5% do que é gasto no Reino Unido, em termos *per capita*, apesar de, em termos dos gastos na área da saúde em percentagem do PIB, esses valores serem mais próximos - 9% em Portugal vs. 9,9% no Reino Unido (Organização Mundial de Saúde, 2018). No entanto, desta comparação resultam pistas importantes para se compreender as motivações dos emigrantes.

3.2.1.2 O QUE DIZEM OS EMIGRANTES?

Embora existam diversos dados acerca dos fluxos migratórios de e para Portugal, não existem muitos estudos sobre o que dizem os nossos emigrantes. Nesta matéria, destacamos o inquérito da Associação Empresarial de Portugal no âmbito do projeto Empreender 2020 (Góis, Marques e Pinho, 2017).

Neste projeto foram entrevistados 1.140 emigrantes, entre os 20 e os 49 anos, com um nível de escolaridade pós-secundário. A grande maioria - 62,5% - revelou ter já uma oferta de emprego quando emigrou, sendo que a quase totalidade está integrada no mercado de trabalho do país de destino, com 80,5% dos inquiridos atualmente empregados, sendo que 59,9% tem um contrato de trabalho sem termo. Dos restantes 19,5%, 8,6% são trabalhadores por conta própria ou empresários, e 7,2% são estudantes, com apenas 1,3% de desempregados (os restantes 2,4% encontravam-se noutra situação).

Para a maioria - 79,5% - as suas profissões são exercidas nas suas áreas de especialização, o que indica que a emigração não implicou uma mobilidade

profissional descendente, mas sim ascendente, para uma profissão enquadrável com a sua área de formação.

Os autores deste estudo consideram não existir um *brain drain*, mas tão só uma adaptação da força de trabalho nacional mais escolarizada a um mercado de trabalho nacional onde essas qualificações escolares não encontram uma imediata aplicação. Assim, com a suavização da crise após 2014-2015, a retoma da economia, e as novas crises na Europa (*Brexit*, movimentos anti-imigração), espera-se um aumento de movimentos de regresso a Portugal. Apesar de existir literatura que tenha concluído que o aumento do nível de escolaridade da maioria da população portuguesa se encontra ajustado ao nível de complexidade das profissões dos dias de hoje (Pimenta e Pereira, 2019), importa também referir que se verifica que as empresas revelam ter dificuldade em encontrar jovens qualificados em certas áreas (Silva, 2018), enquanto os jovens dizem não encontrar um emprego de acordo com as suas habilitações académicas e profissionais (Lopes, 2018), demonstrando um desfasamento entre as competências que os jovens têm e aquelas que as empresas procuram, em algumas áreas. Este desfasamento não nasce da falta de competências que os jovens portugueses possam ter, visto que o aumento da escolaridade forneceu às novas gerações maiores conhecimentos e ferramentas, mas sim do desajustamento de conhecimentos adquiridos vs. conhecimentos utilizados e aplicados em certas áreas profissionais. Logo, não é errado afirmar que existe uma distribuição desequilibrada de qualificações necessárias por área.

Destacamos alguns dados interessantes, sumarizados no artigo de 2017 "Portugueses consideram que poderes políticos incentivam jovens a emigrar - inquérito" do Diário de Notícias, no seguimento do projeto Empreender 2020, o qual tem como objetivo estimular o espírito empreendedor dos jovens qualificados que tiveram de abandonar o País (Lusa, 2017):

1 | 56% dos inquiridos considera que os poderes políticos incentivam de facto os jovens a emigrar;

2 | Entre os inquiridos, 35% afirmam que esta emigração se deve ao facto de não haver emprego em Portugal, sendo que 33% considera que tal situação acontece pois os empregos portugueses apresentam uma remuneração baixa, o que certamente acaba por levar ao fator de desmotivação e a incentivar os jovens a procurar novas oportunidades fora do país;

3 | 84% das respostas sugerem a importância da definição de uma estratégia nacional de apoio ao regresso da geração de jovens emigrantes qualificados;
4 | Neste sentido, 70% dos inquiridos considera que o regresso desses mesmos jovens a Portugal teria um impacto positivo;
5 | De forma a encontrar uma solução, 64% dos participantes consideram que programas de empreendedorismo seriam essenciais para o aproveitamento das competências dos jovens emigrantes;
6 | Relativamente ao aumento da emigração nos últimos anos, 44% considera que a tendência é para aumentar, enquanto outros 41% pensam que irá haver uma estagnação desta situação.

3.2.2. O QUE OS LEVA A REGRESSAR?

Para melhor entender o que leva os emigrantes a regressar, e em especial os jovens, é necessário primeiramente entender os fatores que se encontram por detrás das intenções de regresso. Só analisando estas causas é que seremos capazes de desenhar políticas de atração de emigrantes portugueses. Caso contrário, qualquer tentativa neste sentido correrá o risco de ser ineficaz.

O inquérito de 2017 realizado pela Fundação AEP (Góis, Marques e Pinho, 2017), já mencionado anteriormente, dá-nos algumas estatísticas importantes acerca das intenções de regresso dos emigrantes portugueses entrevistados: sabemos que 65% dos inquiridos pensa regressar a Portugal, embora nem todos com planos definidos para o regresso, enquanto 56,4% deles desejaria vir a ter uma atividade empresarial em Portugal, apesar de 80,4% indicar como prazo expectável para a materialização desse investimento um período superior a 3 anos. Os fatores que explicam o não regresso imediato a Portugal prendem-se sobretudo com motivos profissionais - 57,8% dos inquiridos revela as baixas oportunidades de carreira existentes no país, enquanto que 51,7% refere os baixos salários na profissão que desempenham. Mais uma vez, o mercado e as condições de trabalho revelam ser fatores determinantes.

Também o estudo "*Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal*" (Correia, 2015), no qual são realizadas 32 entrevistas a portugueses entre os 25 e os 55 anos a residir no estrangeiro, revela que 27 dos 32 entrevistados não tem intenções de regressar no curto ou médio prazo. São tendencialmente aqueles com

habilitações mais elevadas que se mostram mais dispostos a regressar, embora a materialização do seu regresso, tal como mencionado anteriormente, seja mais complicada, sendo a principal razão para a permanência a perceção de que em Portugal não conseguiriam ter o mesmo nível de vida do que dispõem no estrangeiro.

Dado este cenário, urge perguntar: Mas o que leva os jovens emigrantes a regressar?

O paper intitulado "*There are always two voices…": International Students' Intentions to Stay in the United States or Return to their Home Countries*" (Alberts e Hazen, 2005) lança alguma luz sobre as intenções de regresso dos estudantes internacionais nos Estados Unidos aos seus países de origem. Elas resumem-se em três principais fatores:

1 | Fatores sociais: conforto em determinados ambientes sociais, políticos e culturais, relações de género, stock de migrantes que reside no país de destino, etc.;
2 | Fatores profissionais: que incluem salários, condições e instalações de trabalho, e oportunidades para desenvolvimento profissional;
3 | Fatores pessoais e familiares: motivações individuais, alteração da estrutura familiar e, ainda, a sua manutenção (como o apoio a elementos idosos), bem como redes de amizade.

Estas três componentes são de extrema importância nas intenções, no processo de decisão e no movimento de regresso entre países de origem/destino, permitindo assim a construção da intenção de regresso.

4. A FIXAÇÃO DE JOVENS PORTUGUESES

Como referido em análise anterior neste documento, verifica-se um conjunto de razões que levam os jovens portugueses a sentirem-se motivados em sair do país. São estes mesmos motivos que os levam a partir para o estrangeiro que têm de ser cuidadosamente analisados quando pretendemos que um maior número de jovens se fixe em Portugal, construindo a sua vida no nosso país.

A desmotivação dos jovens portugueses é facilmente identificável. Segundo os mesmos, a desmotivação advém essencialmente das condições laborais existentes em Portugal. Ilustramos, assim, as principais motivações de influência na emigração identificadas pelos entrevistados no inquérito realizado pela Fundação AEP (Góis, Marques e Pinho, 2017):

- "Não via futuro para mim no país";
- "Não tinha oportunidade de desenvolvimento profissional em Portugal";
- "Queria melhorar a minha formação académica/profissional/estudar";
- "Estava empregado, mas o salário era muito baixo";
- "A minha qualidade de vida era insatisfatória".

Porém, também uma percentagem muito significativa emigrou com o intuito de "vivenciar uma nova experiência, uma nova aventura". Devemos, por isso, evitar classificar de forma simplista a emigração jovem, como se se tratasse de um "flagelo". Deve haver uma distinção clara entre a emigração por vontade (que é natural no contexto contemporâneo europeu e mundial – tome-se como exemplo o programa Erasmus, o qual é usado com grande regularidade pelos estudantes europeus) e a emigração por necessidade.

A baixa remuneração do trabalho em Portugal, a qual foi apontada como um fator impeditivo ao regresso, é referida como justificação para não se conseguirem fazer poupanças que permitam o investimento na criação de um negócio. Para além disto, a burocracia e a elevada carga fiscal são fatores que também contribuem para desincentivar a criação e a manutenção de negócios. Adicionalmente, consideramos que existe falta de monitorização pela Autoridade para as Condições de Trabalho e também má utilização dos estágios profissionais pelas empresas. A intenção do atual Governo de alargar para 6 meses o período experimental só aumentará a

precariedade dos jovens, tendo um efeito negativo para aqueles que procuram o seu 1.º emprego.

Ora, neste âmbito, importa referir que os municípios têm um papel crucial no que toca à retenção dos seus munícipes. É nesta esfera que existe espaço para criar apoios específicos que resultem em maiores incentivos para os cidadãos não emigrarem. Trata-se de medidas como, por exemplo: a cedência de terrenos para a criação de empresas no município, isenções ou redução de determinados impostos, bem como apoios nas candidaturas a fundos europeus (como o Portugal 2020).

Antes da elaboração de recomendações para a prevenção de saídas de jovens do país, há que reforçar que este fenómeno de saídas está fortemente relacionado com desafios estruturais do país, desafios esses que abrangem diferentes dimensões. Como referem alguns emigrantes inquiridos no relatório da AEP (Góis, Marques e Pinho, 2017):

"Enquanto a situação económica do país, justiça e cultura empresarial continuarem a ser iguais às atuais, não existem, infelizmente, incentivos ou condições que cubram o risco de investir em Portugal"

"Desenvolver um negócio em Portugal é uma questão académica. (...) A verdade é que na situação política e económica atual do país, abrir um negócio em Portugal é inviável porque a grande maioria da população continua desempregada ou empregada em condições precárias e exploradoras, ninguém tem rendimento extra para gastar em produtos e serviços que não sejam essenciais e os mais baratos possíveis, e tudo o que é micro e pequenas empresas e pequeno comércio fecharam as portas ou foram à falência. Nesse sentido, enquanto não sairmos "da crise", nenhum programa ou apoio me traria a abrir loja em Portugal."

Considerando estas questões, compreendemos que devam existir condições financeiras e políticas que permitam ao emigrante avaliar positivamente o movimento de regresso. Em muitos casos, este regresso corresponde a uma transferência de uma realidade laboral e profissional estável e bem remunerada para uma realidade marcada pela incerteza e por um downgrading salarial e profissional.

Assim sendo, propomos:

1 | Uma evolução positiva no papel do IEFP na carreira dos jovens. Propomos assim que apresentem um programa de coaching, por exemplo, através de um programa de voluntários que inclua pessoas de sucesso nas áreas de interesse do jovem.

2 | Propomos a utilização da plataforma do IEFP para ajudar na decisão de emigração com base num benchmark que compare a posição para a qual está a concorrer em Portugal com a mesma no estrangeiro. Assim, as empresas portuguesas são obrigadas a competir com as externas por talento, tendo maior estímulo para equiparar ordenados/qualidade de vida. Ao mesmo tempo, esta medida ajudará na prevenção de incompatibilidades, ou seja, irá prevenir que as empresas não correspondam ao que os jovens procuram.

| Na realidade, o que é mais relevante não é o ordenado. Consideramos mais significativo ser realizado um cálculo que se relacione com o poder de compra.

5. O REGRESSO DE UMA GERAÇÃO: "O BOM FILHO À CASA TORNA"

A emigração de hoje em dia não é igual à da década de 60. Os jovens de hoje representam o enorme investimento de um País na geração do presente e do futuro, que em parte acaba por emigrar. Relembrando as palavras da socióloga e Presidente da Associação Portuguesa de Demografia Maria Filomena Mendes: "Portugal fica a perder duplamente: perde o investimento e perde o retorno da população que tanto precisa: a população ativa, jovem e qualificada" (Cordeiro, 2017).

5.1. A GERAÇÃO PERDIDA – O "BRAIN DRAIN" PELO MUNDO

O fenómeno de *brain drain* é comum a países desenvolvidos e menos desenvolvidos, revestindo-se de características diferentes. No caso dos últimos, em geral, os fenómenos de *brain drain* observam-se nas camadas de população com mais escolaridade que procuram trabalho especializado fora do seu país de origem,

pondo em causa o desenvolvimento do mesmo (African Renaissance Ambassador Corporation, 2013). No entanto, dado que estes países necessitam de profissionais com formação, acabam por ser forçados a contratar mão-de-obra especializada no estrangeiro. Embora não se verificando uma situação comparável e sendo a realidade da emigração jovem nos países desenvolvidos mais complexa, não podemos afirmar com certeza que Portugal sofra do mesmo problema, na medida em que muitos jovens qualificados emigram porque existe uma saturação do mercado em alguns setores, contudo existindo também bastantes jovens que emigram porque sentem que não têm um futuro profissional sustentável em Portugal. Existe quem defenda que a Europa, como um todo, deveria ter uma política de regresso de emigrantes mais forte, de forma a atrair a sua "elite autoexilada".

Para refletir sobre medidas que potencialmente possam atrair de volta os quadros qualificados que a Europa e Portugal vêm partir numa base diária, é relevante analisar experiências de sucesso noutros países, para que se possam adotar as boas práticas, moldando-as à realidade portuguesa.

A | ISRAEL

A fuga de quadros qualificados na investigação académica e no ensino é também um dos focos de perda de massa crítica em vários países. Em Israel, por exemplo, foi lançada em 2013 uma campanha de repatriação de quadros nesta área (Gravé-Lazi, 2016) que se baseia no apoio logístico no regresso, procura de emprego para os próprios e para o cônjuge e apoio no restabelecimento no país, com mentores dedicados. Até ao final de 2016, o programa tinha já apoiado o regresso de 600 académicos a Israel. A saída de quadros, sendo seguida do seu regresso com novas competências e experiências é encarada como positiva tanto nesta geografia como, por exemplo, na Índia, onde o regresso de expatriados ajudou a dar forma às suas próprias experiências de capital de risco (Bateman, 2018).

B | FRANÇA

Em 2015, as *startups* francesas lançaram uma campanha dirigida aos expatriados, pedindo-lhes que regressassem a casa (Callus, 2015). O pedido baseava-se na falta de profissionais qualificados com experiência internacional que dessem resposta aos desafios das áreas tecnológicas, em expansão no país. Enquanto Paris procurava

afirmar-se como capital europeia de *startups*, foram criados incentivos fiscais para "empresas jovens ou universitárias", bem como para empresas já estabelecidas com forte investimento em inovação.

Segundo a OCDE, em 2017, a França atribuía isenção de contribuições para a segurança social para empresas jovens e universitárias, tendo ainda um regime de benefícios fiscais agressivo, o segundo mais generoso da OCDE, no que diz respeito a investimento em investigação e desenvolvimento. Os apoios estatais sob esta forma atingiam 0,42% do PIB em 2016 (OCDE, 2018). Segundo a PwC, estes benefícios fiscais correspondem até 30% do investimento em investigação e desenvolvimento, incluindo despesas com registo de patentes, salários de pessoal alocado a tarefas de investigação e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, entre outros (PricewaterhouseCoopers, 2018). Este ambiente proporciona, sem dúvida, vantagens para jovens empreendedores que queiram inovar.

Em França, mantém-se este paradigma. Em 2018, o Presidente francês anunciou como prioridade a Inteligência Artificial, tendo sido garantida a criação de fundos para investimento nesta área, bem como a publicação de bases de dados públicos que permitam a recolha de informação e a sua utilização para a criação de negócios com base em inteligência artificial (Dillet, 2018). De modo a incentivar ainda mais a fixação de empresas privadas em França para investigação e desenvolvimento (tendência já verificada com a Samsung, por exemplo), vão ser permitidos a partir de 2019 testes em várias indústrias, começando com os veículos autónomos. Deve ser sublinhado que parte da grande estratégia francesa para a inovação passa também pela qualidade das suas universidades e pela sua ligação às empresas.

Para a criação de projetos ambiciosos é fundamental existirem ambientes propícios à partilha de ideias e potenciação de sinergias. A Europa ainda não criou nada comparável ao Silicon Valley, apesar das universidades europeias competirem com as principais escolas dos EUA (Campanella, 2016).

C | ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos da América, ao contrário dos restantes países analisados neste documento, têm um maior enfoque nas políticas de imigração, e não tanto nas de emigração. Embora estas tenham sofrido algumas alterações nos últimos anos, fruto das mudanças efetuadas pelo Presidente Donald Trump, o programa de vistos O-1,

desenhados para atração de talento internacional, ainda se mantém, constituindo assim um fator que ajuda a explicar alguma da emigração de talentos dos países europeus.

Analisando alguns dados do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América de 2018, verificamos que houve um aumento de cerca de 5.000 vistos O-1 (para Indivíduos com Habilidades Extraordinárias, Atletas e Artistas) entre 2013 e 2017, a uma média de aproximadamente 1.000 por ano.

Através dos exemplos abaixo podemos ter uma pequena noção do impacto destas políticas de imigração, mostrando também que os Estados Unidos são um pólo de atração de talento.

1 | Acerca dos Prémios Nobel, verificamos que até 8 de outubro de 2018, os Estados Unidos tinham recebido 375 Prémios Nobel, à medida que a União Europeia recebera 481. Contudo, se normalizarmos estes números tendo em conta a população de cada país, verificamos que os Estados Unidos se encontram numa posição superior à da União Europeia, com uma média de 11.476 prémios por 10 milhões de cidadãos, à medida que a UE regista apenas 9.437 por 10 milhões de cidadãos (Wikipedia, 2018).

2 | Segundo o FMI, 8 dos 25 economistas mais promissores do mundo com menos de 45 anos são europeus. Seis deles lecionam nas melhores universidades dos EUA; apenas dois ficaram na Europa. Por outro lado, nenhum dos economistas não europeus da lista trabalha na Europa (Rollins, 2014).

3 | No que toca à tecnologia, os europeus de primeira ou segunda geração fundaram 7 das 25 maiores empresas de tecnologia dos EUA, incluindo o eBay, a IBM e a Texas Instruments (Roberts, 2017). E ainda, segundo a Fundação Kauffman, entre 2006 e 2012, as companhias americanas fundadas por imigrantes geraram cerca de 63 milhares de milhões de dólares em vendas, empregando ainda 560.000 trabalhadores, reforçando assim a importância para a economia americana dos imigrantes altamente qualificados e empreendedores (Ewing Marion Kauffman Foundation, 2012).

D | TAIWAN

Em Taiwan, de todos os estudantes que em 1979 se deslocavam para o estrangeiro para completar os seus estudos, apenas 8% regressavam. Em 1980, o país lançou fortes incentivos fiscais e infraestruturais para a fixação de novas empresas ou empresas que se deslocalizaram para Taiwan. O governo patrocinou conferências internacionais sobre ciência e tecnologia e o parque empresarial que criou atraiu empresas high-tech e emigrantes. Das quase 300 empresas que se fixaram em Taiwan nesta altura, mais de 100 tinham sido criadas por emigrantes com educação nos EUA e muitos mantiveram escritórios também em Silicon Valley. Desde aí, foram sendo apontadas como boas práticas não só a iniciativa massiva de atração de talento em parques empresariais (um emigrante inovador e criativo está mais disposto a regressar se o fizer para um ambiente semelhante ao que vai deixar) mas também, por exemplo, o incentivo a redes de contactos e de suporte a emigrantes (O'Neil, 2003).

E | IRLANDA

A Irlanda tem um programa de apoio ao emigrante que foi crescendo ao longo do tempo, abrangendo cada vez mais áreas e projetos, com vista a fortalecer os laços entre os que partem e os que ficam.

O *Emigrant Support Programme* (ESP), iniciado em 2004, é um programa de suporte às comunidades irlandesas no estrangeiro através do financiamento de projetos que tenham impacto no apoio e construção de comunidades irlandesas globais, aproximando-as umas das outras (Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Irlanda, 2018).

Todos os anos é destinado um orçamento para este programa e são abertas candidaturas, após as quais são selecionados os projetos vencedores. Os requerentes podem submeter projetos que se foquem numa das seguintes categorias:

1 | Património: Promoção e manutenção do património e identidade irlandeses no estrangeiro;
2 | Bem-estar (Terceira idade): Projetos voltados para os membros mais idosos das comunidades irlandesas;

3 | Bem-estar (Outros): Prestação de serviços de assessoria, aconselhamento, informação e divulgação junto das comunidades irlandesas;
4 | Redes: Projetos para apoiar redes de empresas irlandesas ou outras redes profissionais no estrangeiro;
5 | Capital: Projetos que envolvam a construção, reforma ou compra de bens de capital, incluindo aqueles relacionados com o desenvolvimento de websites e grandes projetos digitais/de software.

Desde a sua origem, e segundo o relatório anual de 2017, já assistiu 573 organizações em 34 países com subsídios no valor de 159 milhões de euros, desde apoios a pequenos grupos até grandes financiamentos a organizações voluntárias e comunitárias que operam em larga escala. Só em 2017, mais de 420 candidaturas provenientes de mais de 20 países se propuseram ao orçamento de 11,595 milhões de euros, sendo que no final do concurso o total de financiamento alocado foi de 11.819.907 euros atribuído a 252 organizações para a realização de 387 projetos em 23 países (Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Irlanda, 2018).

Em 2015, após sair do programa de resgate, a Irlanda lançou o documento *Global Irish: Ireland's Diaspora Policy* (Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Irlanda, 2015) no qual se procedeu a uma revisão da política da diáspora irlandesa, incentivando-se os emigrantes a regressar à pátria e estabelecendo-se novos focos para o ESP, nomeadamente na seleção de projetos que visem melhorar a vida das comunidades idosas irlandesas, auxiliar os cidadãos a obter ou a renovar o seu estatuto de emigrante e disponibilizando maior informação a todos aqueles que pretendam emigrar.

Nesse sentido, foi introduzido em 2015 uma categoria especial do ESP, o *Mission Fund*, destinada a pequenos projetos com necessidade de financiamento até 5.000 euros. No primeiro ano foram financiados 5 projetos em 4 países num total de 7.104 euros, expandindo para 20 projetos em 11 países em 2016 num total de 32.459 euros e em 2017 passando para 17 projetos em 10 países, num montante de 56.116 euros (Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Irlanda, 2018).

No mesmo ano, e na sequência dessa revisão, foi lançado o *Global Irish Civic Forum* para reunir membros da diáspora irlandesa. Esse fórum, juntamente com o *Global Irish Economic Forum* iniciado em 2009, partilham o objetivo de utilizar as ideias e a experiência dos emigrantes para desenvolver medidas destinadas a promover a

inovação, o empreendedorismo e o crescimento de setores-chave, para atrair de volta os emigrantes. Ambos os fóruns são realizados numa base bienal e as organizações participantes recebem financiamento do ESP.

Já em 2017, foi lançado um projeto piloto chamado *Strategic Diaspora Project* para assistir as embaixadas e consulados na identificação de projetos de importância estratégica junto das comunidades irlandesas instaladas em países com os quais a Irlanda tem um interesse estratégico em desenvolver relações positivas. Através deste programa 147.520 euros foram alocados a 8 projetos distribuídos pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá (Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Irlanda, 2018).

Sendo financiados por fundos estatais, todos os projetos submetidos são avaliados rigorosamente e posteriormente auditados por entidades externas ao governo. A informação da alocação dos fundos pelos diversos projetos é disponibilizada à população, promovendo-se desse modo a transparência do orçamento deste programa.

O ano de 2016 foi o primeiro desde 2009 no qual houve uma inversão da tendência de migração na Irlanda (Kenny, 2016; Kenny, 2017). Nesse ano, o número de emigrantes irlandeses que regressou ao país aumentou em 74%, dos 12.100 para os 21.100, ao mesmo tempo que o número daqueles que saíram do país diminuiu em 9,9%, dos 35.300 para os 31.800.

Só no ano de 2018 a Irlanda conseguiu atingir um saldo positivo de migrantes com nacionalidade irlandesa. Isto porque, embora o total de imigrantes fosse maior do que o total de emigrantes há já alguns anos, em termos de nacionais, isto é, pessoas com nacionalidade irlandesa, o saldo migratório só alcançou o terreno positivo em 2018, com uma diferença de 100 irlandeses (Serviço Central de Estatística, 2018).

F | Portugal

Finalmente, é importante refletir acerca da realidade do nosso próprio país. O fenómeno do *brain drain* em Portugal é discutível: apesar de termos muitos jovens qualificados a sair do país, verifica-se uma adaptação da força de trabalho nacional mais escolarizada, em conjunto com um mercado de trabalho nacional onde essas qualificações escolares não encontram uma imediata aplicação (ou onde já existe

uma saturação, no caso de alguns setores), levando, portanto, à emigração desses jovens.

No entanto, não podemos cair em conclusões precipitadas, atribuindo a causalidade apenas à diferença de qualificação dos emigrantes, face a anteriores períodos de grande êxodo (como os anos 60, por exemplo). O **nível de escolaridade da população portuguesa aumentou** consideravelmente ao longo das últimas décadas. Consequentemente, as pessoas que emigram são, em média, mais qualificadas do que as gerações anteriores.

Uma importante conclusão que resultou dos 1.140 inquéritos a emigrantes portugueses é que a maioria dos inquiridos **não tem conhecimento de medidas de incentivo ao regresso**, apesar da maioria dos jovens emigrantes portugueses pretenderem regressar a Portugal. Contudo, há vários fatores a impactar a sua decisão de regresso, tais como (Góis, Marques e Pinho, 2017):

- Baixos salários na profissão desenvolvida;
- Poucas oportunidades de carreira;
- Poucas oportunidades de emprego na área de experiência em concreto;
- Burocracia e ineficiência das organizações;
- Instabilidade económica;
- Escassez de recursos financeiros e oportunidades para iniciar negócios.

Tendo em conta estes resultados, constata-se que não basta uma resposta isolada para resolver o problema, sendo necessário que existam condições estruturais que atraiam os jovens qualificados para o regresso. Será necessário criar outros incentivos, tais como programas e políticas públicas de incentivo ao regresso. Aliás, 84% dos inquiridos atribui muita importância à situação política e económica do país e reconhece a importância da definição de uma estratégia nacional de apoio ao regresso da geração de jovens qualificados emigrantes.

Para os que regressam e que se pretendem reintegrar no mercado de trabalho no país de origem, as competências e a experiência adquirida costumam ser valorizadas. O *brain gain,* numa larga proporção dos emigrantes que regressam, é fonte de criação de negócios ou de desenvolvimento de empregos independentes.

Todavia, importa salientar que se observa que para um profissional qualificado o regresso é menos fácil.

A maioria dos inquiridos (70%) considera que a experiência adquirida no estrangeiro terá relevância para o mercado de trabalho português, o que vem apontar para a mais-valia da emigração quanto à inserção futura do jovem no mercado de trabalho português.

Uma grande parte dos emigrantes inquiridos considera também ter perfil de empreendedor, sendo que mais de metade referiu que gostaria de desenvolver uma atividade empresarial em Portugal ou investir num negócio aqui. Neste âmbito, e para aqueles efeitos, a maioria considera que é muito importante que existam programas de incentivo à criação de negócios, bem como de acesso a financiamento.

Ainda nesta linha, uma parte significativa dos emigrantes considera que é fundamental existir a disponibilização de informação sobre as formas de obtenção de recursos financeiros para a criação de um negócio. O estudo revela também que alguns dos incentivos pedidos pelos emigrantes já são atribuídos pelo Estado, o que significa que existe uma falha grande de comunicação (e acompanhamento) entre o Estado e os emigrantes.

Exemplos de incentivos ou outro tipo de apoios já existentes:

1 | Gabinete de Apoio ao Investidor na Diáspora;
2 | Candidaturas a fundos para pessoas que queiram regressar a Portugal;
3 | Divulgação de oportunidades de regresso através da rede consular;

É, pois, muito importante reavaliar as atuais vias de comunicação e porventura centralizá-las e garantir um apoio mais concreto e permanente do Estado aos emigrantes.

Considerando isto, e tendo em conta as boas práticas internacionais, propomos as seguintes medidas:

1 | Fórum Nacional da Migração: Antes de se desenhar um plano para atrair e aproximar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, é necessário entender as motivações para emigrar e as razões para não

regressar. A criação deste fórum deverá servir para isso: aproximar os migrantes e retirar daí conclusões e ideias para um programa nacional que vá ao encontro dos problemas apresentados pelos participantes;

2 | Programa de apoio ao Emigrante: Este programa deve ser focado em duas vertentes – apoio ao que regressa e apoio ao emigrante – desenhando-se medidas próprias para cada uma delas. O objetivo é atrair os portugueses que emigram, mas também manter uma ligação estreita com aqueles que decidem sair.

3 | Programa de incentivos à fixação em Portugal de empresas fundadas por portugueses no estrangeiro e de empresas de inovação com forte investimento no mercado português

A | Um programa neste contexto pode incluir, por exemplo, a criação de infraestrutura em zonas periféricas das grandes cidades ou benefícios fiscais (em sede de IRC e/ou contribuições para a Segurança Social) para investimento em inovação.

4 | Portugal como hub de criação e teste de produtos e serviços:

A | Os portugueses são muito interessados em novos produtos e serviços e têm história de disrupção tecnológica (ex. Multibanco, Via Verde) e de rápida aceitação de novos conceitos. Facilitar os testes em Portugal, através de uma sandbox de inovação, atrairá empresas criativas e disruptivas.

6. A LUSOFONIA NO MUNDO

"Celebrar o ADN Global dos jovens portugueses"

Os portugueses encontram-se pelo mundo inteiro. Portugueses de todas as idades, com atividades dispersas, com pequenas e grandes conquistas; mas não deixam de ser portugueses. Muitos deles, mesmo de segunda geração, mantêm sempre a sua nacionalidade portuguesa e, com isso, os seus direitos. Pode considerar-se um caso

de identidade cultural de relevo, dado que nem todos os países têm estas características.

Assim, realça-se que, para além de se manter português, há também que ter oportunidade para ter contacto suficiente para se **sentir português**, por exemplo, através de redes que potenciem a nossa diáspora.

Quando olhamos para políticas de emigração na Europa contemporânea, podemos distinguir as políticas de emigração das políticas das diásporas. Neste espectro, políticas de emigração são todas as políticas que facilitam ou restringem a mobilidade (saídas ou regressos) através das fronteiras internacionais. Exemplos disso incluem acordos sobre trabalho sazonal ou recrutamento permanente, políticas de regresso, esquemas de retenção, portabilidade de direitos e restrições de saída.

As políticas de diáspora não abrangem apenas a criação tradicional de diásporas que estabelecem uma conexão com indivíduos e comunidades no estrangeiro (por exemplo, através de alcance a divulgação cultural e educativa) mas também políticas de envolvimento nas diásporas. Estas visam proporcionar aos emigrantes e aos membros da diáspora **um conjunto de direitos e obrigações através de políticas de cidadania, como o direito de voto, dando-lhes ferramentas para uma melhor integração socioeconómica no país de origem ou de destino** - tais como esquemas de tributação, portabilidade de direitos e reconhecimento de qualificações (Weinar, 2014).

A nível Português, existem diversas referências negativas dos jovens emigrantes quanto à forma como trabalham os consulados, considerando-os muito burocratizados, com horários de atendimento muito reduzidos, com atrasos a pedidos de renovação de passaportes e cartões de cidadão, entre outros problemas (Mendes, 2019).

6.1. SOU CIDADÃO PORTUGUÊS, POSSO VOTAR, CERTO?

Até 2018, para um português deslocado era necessário solicitar registo nos cadernos eleitorais, presencialmente, às comissões recenseadoras no distrito consular, no país

de residência, se nele apenas houvesse embaixada, ou na área de jurisdição eleitoral dos postos consulares de carreira (Comissão Nacional de Eleições, 2019).

Sendo que a alteração de morada no cartão do cidadão (para regularização da situação de emigração, nomeadamente em termos fiscais) já pode ser feita comodamente online (Portal do Cidadão, 2018) com um leitor de Cartão do Cidadão, sendo este documento considerado suficiente para solicitar recenseamento no país de residência, não existia, na nossa ótica, qualquer justificação para a necessidade de um emigrante se deslocar presencialmente para se recensear, dado essa informação já constar no Cartão do Cidadão. Adicionalmente, é comum os emigrantes mudarem de morada ao longo da sua estadia no estrangeiro, sendo que seria necessário repetir o procedimento presencial de alteração de morada para efeitos de recenseamento, o que constituía um desincentivo significativo.

De facto, foi aprovado em 2018 o recenseamento automático de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, facilitando o processo de inscrição nos cadernos eleitorais (Almeida, 2017). Agora, já não é necessário aos emigrantes recensear-se presencialmente nos postos consulares - basta-lhes alterar a morada fiscal para ficarem automaticamente recenseados no estrangeiro e, portanto, constarem dos cadernos eleitorais.

Em termos práticos, um emigrante pode votar por correspondência nas eleições legislativas, sendo-lhe enviados para a morada de residência os sobrescritos para o efeito. No entanto, para as eleições presidenciais e europeias a votação é presencial, diferenciação que dificulta o voto no caso das últimas e aumenta a abstenção, já muito elevada neste grupo de população. Em 2015, nas eleições legislativas, a abstenção dos emigrantes foi de cerca de 88% (Pordata, 2015) e para as eleições europeias de 2014 rondou os 98% (Pordata, 2015). Nas eleições presidenciais, cerca de 95% dos eleitores residentes no estrangeiro não votou (Pordata, 2016).

Em muitos casos, o voto presencial requer deslocações de várias centenas ou mesmo milhares de quilómetros (Guerreiro, 2015; Mundo Lusíada, 2015). Por outro lado, muitos emigrantes assinalam não receber os sobrescritos na sua morada, por problemas na distribuição ou alterações de morada. Todos estes obstáculos acabam por contribuir negativamente para o afastamento da comunidade emigrante portuguesa, distanciando-os ainda mais do país de origem.

Tendo em conta a dispersão geográfica cada vez mais abrangente dos emigrantes, que torna a constituição de locais de registo e de voto próximos da zona de residência mais onerosa e complexa, que os atuais procedimentos presenciais serão parte da explicação dos elevados números de abstenção observados, ameaçando a representatividade da escolha dos deputados eleitos pelos emigrantes, que os riscos de fraude nos atuais votos por correspondência são equivalentes ou superiores face ao voto eletrónico com leitor do Cartão do Cidadão e que a obrigatoriedade de votação presencial nas eleições presidenciais e europeias não tem justificação, dado haver nas eleições legislativas a possibilidade de voto por correspondência, propomos:

1 | A possibilidade de voto eletrónico para emigrantes, para todos os atos eleitorais;

2 | A escolha, no momento de registo online no recenseamento, de um método de voto único para todas as eleições (por correspondência, presencial ou eletrónico). A escolha de um método único, ainda que o cidadão o possa alterar atempadamente, diminui a incerteza e permite evitar qualquer dupla votação;

6.2. A CARTA DE CONDUÇÃO

Em qualquer momento, a cada cidadão da União Europeia e Espaço Económico Europeu é permitido apenas deter uma carta de condução. As cartas de condução emitidas por países pertencentes a estas comunidades são válidas até ao final da data de validade das mesmas, devendo depois ser trocadas por documentos emitidos no país de residência. No caso de cartas de condução vitalícias, as mesmas devem ser trocadas num prazo de dois anos após registo de residência. Assim, um emigrante português que se estabeleça num país incluído nas comunidades acima mencionadas tem de entregar a sua carta de condução portuguesa para obter um documento equivalente no país onde se fixa. Em países fora da Europa ou que não pertençam a uma das convenções enunciadas (por exemplo, Suíça), os procedimentos dependem das regras nacionais mas implicam geralmente a entrega do documento original para troca por novo título de condução (Instituto da Mobilidade e dos Transportes, 2019).

Para um emigrante português que quer regressar a Portugal e reativar a carta de condução portuguesa, o processo burocrático tem alguma complexidade.

A carta de condução estrangeira deve ser novamente trocada pela carta de condução portuguesa presencialmente, pelo que o emigrante tem de entregar a carta estrangeira (tendo esta de se encontrar válida), apresentar o seu documento de identificação e atestado médico e pagar uma taxa de 30€ (Instituto da Mobilidade e dos Transportes, 2019).

No caso de cartas de condução estrangeiras oriundas de fora da União Europeia e Espaço Económico Europeu, o cidadão português tem de apresentar ainda um comprovativo emitido pelo serviço emissor ou autoridade diplomática consular que ateste a veracidade e validade da carta de condução estrangeira que apresenta para troca, documento que tem de ser traduzido e autenticado pelo serviço consular de Portugal ou de outro Estado-Membro no respetivo país, caso se encontre numa língua estrangeira que não portuguesa, francesa, inglesa ou espanhola (Instituto da Mobilidade e dos Transportes, 2019). No caso da Suíça, a emissão deste comprovativo tem tido tal resistência por parte das autoridades locais que existem casos recentes nos quais a apresentação da declaração foi dispensada.1

Para os emigrantes que pretendem regressar, tendo tido carta de condução em Portugal antes de se deslocarem, este procedimento parece-nos dispensável caso apenas se pretenda uma "reemissão" do documento com a mesma data de validade.

Caso o cidadão tenha adquirido competências de condução adicionais enquanto esteve deslocado, as mesmas devem ser comprovadas. No entanto, para obter uma carta de condução nas mesmas condições face à que detinha inicialmente em Portugal, parece-nos que este procedimento é demasiado oneroso e complexo. Existindo registos de que o cidadão efetivamente já obteve carta de condução portuguesa (pelo que a sua aptidão técnica e teórica é certa), a entrega da carta de condução estrangeira seria suficiente para comprovar que não se encontra inibido de conduzir, devendo dispensar-se por isso as declarações e autenticações, mantendo-se contudo a data de validade da carta de condução estrangeira.

[1] Contacto telefónico com o IMT

6.3. O PASSAPORTE

Um aspeto administrativo que iria melhorar os procedimentos tanto na ótica do português emigrado como dos serviços consulares é a simplificação do processo de renovação do Passaporte.

Hoje, para renovar o Passaporte, é necessário ter Cartão de Cidadão válido (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2019). Deste modo, se o Cartão de Cidadão se encontrar caducado ou se se tiver extraviado, o cidadão tem primeiro de se deslocar ao consulado para renovar este documento de identificação pessoal, regressando outra vez para o recolher e pedir o Passaporte, repetindo novamente a ida ao consulado para levantar este último. O mesmo se coloca quando nasce uma criança, sendo necessário duplicar as deslocações ao consulado. Se em alguns casos os consulados mais próximos são acessíveis, em muitos países, em especial, fora da Europa, ficam a centenas de quilómetros de distância, causando dificuldades acrescidas aos emigrantes.

Acreditamos que, com dados pessoais válidos e comprovados, não existe necessidade deste procedimento excessivo que, no fundo, impõe deslocações adicionais aos emigrantes.

Considerando o cenário acima, propomos:

1 | Alteração legislativa que permita submeter o pedido de renovação do Passaporte em simultâneo com o pedido de renovação do Cartão de Cidadão;

A | O pedido simultâneo de documentação deve ser aplicável igualmente para a primeira emissão, tornando mais eficiente o processo de registo de crianças portuguesas residentes no estrangeiro;

6.4. REDES E DIÁSPORAS

A importância e mais-valia de redes e diásporas é relevante em vários aspetos. Em primeiro lugar, do ponto de vista da ciência política, uma diáspora fortemente conectada pode ser utilizada pelo país de origem para influenciar as instituições nos

países de destino. As vantagens de manter ligações com os emigrantes e os seus descendentes é também vista como forma de manter acesso a uma pool de capital humano mais amplo (Agunias, 2007), rendimentos estrangeiros adicionais na forma de remessas (Ratha, 2005), e potenciais investimentos (Délano, 2009).

Estas diásporas não são apenas compostas dos emigrantes que partiram, mas igualmente dos filhos desses mesmos emigrantes que, embora possam não ter nascido em Portugal, mantêm uma ligação através dos seus pais e da sua família, muita da qual permaneceu em Portugal. É, portanto, fulcral não esquecer esses elementos tão importantes da nossa diáspora.

De facto, os filhos de emigrantes representam uma oportunidade excelente de Portugal atrair talento, reforçando ao mesmo tempo os laços com estes, através das nossas instituições de ensino. Tendo em conta que Portugal tem já algumas universidades sobejamente conhecidas a nível internacional, é de aproveitar esta vantagem a nosso favor. Mas o que faz um filho de emigrante estudar em Portugal? Damos de seguida algumas justificações para isto:

- O jovem tem família em Portugal, podendo aproveitar o curso para estar num país com melhor clima e com uma vida académica mais completa, ao mesmo tempo que aprofunda laços familiares;
- O jovem quer um curso que se destaca em Portugal pela sua excelência na área;
- O jovem não consegue entrar na universidade que quer no seu país e Portugal tem uma universidade a um nível semelhante;
- O jovem quer ter uma experiência no estrangeiro.

Além das razões supramencionadas, não nos podemos esquecer que Portugal tem dos custos de vida mais baixos da Europa, que não apresenta problemas de habitação muito pronunciados, com a exceção de Lisboa e Porto, sendo contudo as duas cidades onde os jovens que vêm de fora se querem instalar, por serem as mais conhecidas, e tem também instituições de ensino reconhecidas pela excelência do seu ensino, como o caso da Nova School of Business and Economics ou a Católica Business School. Os únicos dois inconvenientes residem no facto dos jovens emigrantes não conhecerem as universidades portuguesas e/ou quais correspondem ao que querem estudar, e na dificuldade de instalação do jovem na cidade, especialmente as de Lisboa e do Porto

Em suma, as diásporas são, portanto, partes importantes dos países dos quais partiram, mantendo com eles uma ligação, embora à distância. Nesse sentido, e após analisar alguns casos internacionais anteriormente descritos, destacamos algumas políticas importantes direcionadas para as diásporas, as quais podem fortalecer os laços entre os que partes e os que ficam:

1 | Criar grupos de negócio em países estrangeiros. Embora a prática seja pouco comum (4 dos 28 Estados-Membros), existem vários casos de sucesso de Estados-Membros dentro da UE que criaram grupos profissionais, tal como foi o caso referido da Irlanda, mas também a República Checa que criou business clubs checos nos principais países de destino de emigração;

2 | Políticas para ajudar pensionistas. Políticas focadas nos grupos de emigrantes mais vulneráveis, como pensionistas e emigrantes que vivem em pobreza extrema, foram uma prática das diásporas espanholas e portuguesas até à crise;

3 | Promoção de emprego no país de origem. A Irlanda organizou o "*Jobs Ireland Programme*", informando os emigrantes irlandeses e os seus descendentes sobre as oportunidades de emprego na Irlanda (Weinar, 2014);

4 | **Melhor aproveitamento da rede de emigrantes existente**, ainda que os mesmos não voltem a Portugal.

- **A |** **Reforço de diásporas:** Abrir a diáspora portuguesa para programas de *mentoring*; jovens que vão para fora podem encontrar alguém que se encontre numa situação semelhante, mas também ser "embaixadores" para jovens em Portugal.

5 | Reforçar políticas de envolvimento de diásporas, através do reforço de informação e benefícios para seus membros:

- **A |** Centralização de toda a informação útil para quem emigra. **Criação de um Portal do Emigrante** com um sistema de registo simples onde seja reunida a informação relevante para quem se encontra fora de Portugal, incluindo informação consular, informação sobre atos eleitorais, potenciais oportunidades de negócio, eventos da comunidade, entre outros.

6 | Promoção da cultura portuguesa e da ligação dos emigrantes a Portugal, através de exposições compostas por obras de autores portugueses, nas Embaixadas e Consulados.

7 | Investimento na divulgação e promoção do Contingente Especial para Candidatos Emigrantes Portugueses e Familiares que com eles residam. Apesar deste contingente já existir, consideramos que é pouco divulgado pelas Embaixadas junto das comunidades portuguesas, impossibilitando a vinda de alguns jovens por mero desconhecimento. Assim, propomos:

A | Envolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) na promoção das Instituições de Ensino Superior Portuguesas junto dos jovens filhos de emigrantes, bem como na agilização do seu processo burocrático;

B | Criação de um ranking de Instituições de Ensino Superior Portuguesas com várias categorias como "Melhor espírito académico", "Melhores saídas profissionais na área X", "Melhor integração com o mercado de trabalho na área X". Aquando da seleção, por parte de um jovem, da Instituição de Ensino Superior Português onde irá realizar os seus estudos, são vários os fatores que influenciam o processo decisório e a comparação das diversas instituições. Se, por um lado, existem inúmeras Instituições de Ensino Superior Europeias com vantagem competitiva em relação às nossas, também é verdade que existem vantagens na escolha dos nossos estabelecimentos de ensino superior. Assim, é necessário ter uma comunicação simples e direta que evidencie o ponto forte das opções em Portugal. Para atingir este fim pode ser necessário estabelecer "National Champions";

C | As embaixadas devem ter uma abordagem personalizada. Mais precisamente, devem analisar, em cada área de estudo, quais as Instituições de Ensino Superior mais reputadas do país de residência do jovem e associar "instituições substitutas/equivalentes" que existam em Portugal. Esta associação permitirá a um jovem que não conseguiu entrar no seu país de residência ter em maior consideração a Instituição de Ensino Superior sugerida;

D | O trabalho de promoção das instituições de ensino no estrangeiro pode ser considerado ambíguo ou, em certa medida, já praticado. No entanto, os exemplos práticos apresentados acima são diferenciadores. Não basta dar a conhecer as instituições de ensino presentes em Portugal, é essencial demonstrar as semelhanças dessas instituições à realidade que os jovens conhecem no país em que cresceram;

Adicionalmente, a criação de um programa de estágios promovido pelas instituições de ensino, pelos Municípios e por instituições parceiras deste programa, que seria destinado a este grupo de alunos que escolhem Portugal e as suas instituições de ensino para fazer a sua formação superior. Desta forma, estes alunos teriam a possibilidade singular de, além de fazer o seu plano de estudos em Portugal, complementar a sua experiência com uma importante parcela prática de estágio no tecido institucional português (e.g. empresarial, associativo, social, entre outros), acrescentando um valor à sua experiência educativa, ao mesmo tempo que valorizariam, com a "bagagem" que trazem dos seus países, as instituições onde estagiam.

7. REFLEXÕES CRÍTICAS E CONCLUSÕES

A emigração, vista pelo espectro positivo, mostra-nos que alguns dos jovens que emigraram estão de facto a ter maior sucesso do que poderiam ter se tivessem permanecido em Portugal - é resultado inevitável da globalização, do mercado e da livre circulação. Criam-se janelas de oportunidade se este dinamismo for considerado numa perspetiva positiva. Os jovens portugueses têm neles um ADN verdadeiramente global.

A recuperação da economia e da empregabilidade será sempre um processo lento, não havendo, naturalmente, uma data estabelecida para a sua total recuperação. Torna-se, portanto, compreensível que muitos jovens continuem a emigrar.

Sabemos, através dos dados apresentados anteriormente, que a maioria dos jovens portugueses emigrados (65%) pensa regressar a Portugal, embora nem todos com planos definidos nem data definida para o regresso (Góis, Marques e Pinho, 2017). Todavia, na prática, estes jovens não regressam sem incentivos que os mobilizem. Existe a necessidade de criar informação centralizada clara, tanto em relação às oportunidades ou benefícios que os emigrantes têm ao regressar para Portugal, como em relação às questões mais administrativas do regresso.

O facto de cerca de ⅓ (35%) não manifestar intenções de regresso é um dado igualmente importante de ser realçado, em particular para a internacionalização do

mercado português. Podem ser importantes para a internacionalização das empresas portuguesas, especialmente as PME.

Portugal está, no entanto, neste momento, a perder uma geração muito qualificada que emigra. Se existem muitas empresas a denunciar a dificuldade que têm em encontrar jovens qualificados para os lugares que têm disponíveis, ao mesmo tempo, temos jovens portugueses qualificados que não encontram o que procuram. Existe um verdadeiro desajustamento de mercado, o que nos remete para a necessidade de repensar quais as competências necessárias para promover o sucesso dos nossos jovens. Se há excesso de pessoas em determinadas áreas e falta de pessoas noutras, é preciso pensar a reorientação da rede de oferta vocacional e de carreiras. Se há pessoas qualificadas a sair do país e pessoas qualificadas a perder esperança de voltar ao país, por não saber como e o que fazer, é preciso criar laços direcionados com estes portugueses de forma a potenciar tais competências, procurando desenvolver sinergias entre as diversas comunidades.

"De *brain drain* para *brain gain*"

É de considerar a importância das redes de contacto em Portugal para os nossos emigrantes. Sabemos que as famílias e os amigos são determinantes no bem-estar – quer para quem quer ficar no exterior, quer para quem quer voltar – já que oferecem suporte emocional, afetivo e muitas das vezes até financeiro quando nem o país de origem, nem o de destino, conseguem dar o devido suporte em alguns períodos desta mobilidade. É, por isto, importante apoiar os emigrantes, as suas famílias e promover a sua identidade como portugueses, independentemente da distância geográfica.

Se queremos promover uma geração onde os jovens não se sintam obrigados a sair do país e em que queiram regressar, temos sempre de ter em consideração que a ideia de Portugal como "lar" pode beneficiar todos os que participam desta odisseia de explorar o mundo em busca de melhores condições de vida.

Concluímos este documento na esperança que o nosso estudo e as nossas propostas possam criar um Portugal melhor para todos aqueles que emigram e todos aqueles que estão emigrados, lutando diariamente pelo seu futuro, sem nunca esquecer com carinho as cores da nossa bandeira.

8. REFERÊNCIAS

[1] Migali, Silvia e Fabrizio Natale. 2017. "*The determinants of migration to the EU: evidence from residence permits data.*" JCR Technical Reports, Publications Office of the European Union. Disponível em: http://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC107078/kjna28685enn.pdf.

[2] Centro de Análise de Dados de Migração Global - Organização Internacional para as Migrações, 2018. "*Types of Migration: International Students*". Disponível em: https://migrationdataportal.org/themes/international-students

[3] Reiche, Sebastian. 2013. "*Returning Home after Living Abroad? Not as Easy as Expected!*" IESE Business School, Abril 5. Disponível em: https://blog.iese.edu/expatriatus/2013/04/05/returning-home-after-living-abroad-not-as-easy-as-expected/

[4] Albert, Isabelle e Dieter Ferring. 2013. "*Intergenerational Relations: European Perspectives in Family and Society*". Bristol: Bristol University Press.

[5] Pordata, 2018. "*Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório*". Disponível em: https://www.pordata.pt/Portugal/Saldos+populacionais+anuais+total++natural+e+migrat%C3%B3rio-657-5441

[6] Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga, 2017. "*Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2017.*" Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMRE042017. Disponível em: http://observatorioemigracao.pt/np4/file/5926/OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatis.pdf

[7] Serviço Estatístico Federal Suíço, 2018. "*Foreign Population*". Disponível em: https://www.bfs.admin.ch/bfs/en/home/statistics/population/migration-integration/foreign.html

[8] Eurostat. 2017. "*Labour market statistics at regional level*". Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Labour_market_statistics_at_regional_level

[9] Reis, P. 2018. "*Emigração Portuguesa – Factsheet*". Conselho Estratégico Nacional do PSD. Disponível em: https://qa.psd.pt:8001/wp-content/uploads/2018/12/CEN-Emigrac%CC%A7a%CC%83o-Portuguesa.pdf

[10] Eurostat. 2017. "*Labour market statistics at regional level*". Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Labour_market_statistics_at_regional_level

[11] Comissão Europeia. 2010. "*Geographical and labour market mobility*". Special Eurobarometer 337. Disponivel em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_337_en.pdf

[12] Carrilho, Paula e Heloísa Perista. 2016. "*Portugal: High and rising emigration in a context of high, but decreasing, unemployment*". Eurofound. Disponível em: https://www.eurofound.europa.eu/publications/article/2016/portugal-high-and-rising-emigration-in-a-context-of-high-but-decreasing-unemployment
[13] Numbeo. 2019. "*Cost of Living Comparison Between Portugal and United Kingdom*". Disponível em: https://www.numbeo.com/cost-of-living/compare_countries_result.jsp?country1=Portugal&country2=United+Kingdom
[14] Taylor, Ben. 2017. "What's the cost of living in Portugal compared to the UK?". Portugal Property Guides, Março 16. Disponível em: https://www.propertyguides.com/portugal/news/whats-the-cost-of-living-in-portugal-compared-to-the-uk/
[15] Eurofound. 2017. "*European Quality of Life Survey 2016: Quality of life, quality of public services, and quality of society*", Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo. Disponível em: https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef1733en.pdf
[16] Organização Mundial de Saúde. 2018. "World Health Statistics 2018: Monitoring health for the SDGs. Genebra: Organização Mundial de Saúde. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?ua=1
[17] Góis, Pedro; Marques, José C. e Filipa Pinho. 2017. "*Regresso de uma geração preparada – Diagnóstico de situação atual*". Fundação AEP. Disponivel em: https://www.empreender2020.pt/docs/uploaded/524109251220174941191099.pdf
[18] Pimenta, Ana C. e Manuel Coutinho Pereira. 2019. "Desajustamento entre escolarização e ocupações dos trabalhadores portugueses: uma análise agregada". Banco de Portugal.
[19] Silva, Raquel. 2018. "Falta mão-de-obra: não há pessoas ou as empresas pagam pouco?". Jornal de Leiria, Janeiro 18. Disponível em: https://www.jornaldeleiria.pt/noticia/falta-mao-de-obra-nao-ha-pessoas-ou-empresas-pagam-pouco-7972
[20] Lopes, Lara. 2018. "*Porque é que os jovens portugueses são os mais predispostos a mudar de cidade ou país para trabalhar?*". JornalismoPortoNet, Março 29. Disponível em: https://jpn.up.pt/2018/03/29/os-jovens-portugueses-sao-os-predispostos-mudar-cidade-pais-trabalhar/
[21] Lusa. 2017. "*Portugueses consideram que poderes políticos incentivam jovens a emigrar - inquérito*". Diário de Notícias, Outubro 17. Disponível em: https://www.dn.pt/lusa/interior/portugueses-consideram-que-poderes-politicos-incentivam-jovens-a-emigrar---inquerito-8849105.html
[22] Correia, Gabriela Martins. 2015. "*Motivações para um eventual regresso de emigrantes a Portugal*". Revista Migrações, Outubro 2015, n.º 12, pp. 39-67. Disponível em: https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/340194/pp39-67_artigo-2.pdf/72f3916f-d9fb-4cfa-8011-fb999002c438
[23] Alberts, Heike C. e Helen Hazen. 2005. "*"There are always two voices...": International Students' Intentions to Stay in the United States or Return to their Home Countries*". International Migration, 43(3): 131-154.
[24] Cordeiro, Ana D. 2017. "Portugal é o segundo país europeu com maior taxa de emigrantes". Público, Fevereiro 24. Disponível em: https://www.publico.pt/2017/02/24/sociedade/noticia/emigracao-mantem-os-niveis-altos-da-crise-e-isso-e-devastador-para-o-pais-1763125
[25] African Renaissance Ambassador Corporation. 2013. "*Brain Drain in Africa: Facts and Figures*". Disponível em: http://www.aracorporation.org/files/factsandfigures.pdf
[26] Gravé-Lazi, Lidar. 2016. "*Israel Battles Brain Drain: "It's time to come back home"*". The Jerusalem Post, Outubro 17. Disponível em: https://www.jpost.com/Israel-News/Israel-battles-brain-drain-Its-time-to-come-back-home-470237
[27] Bateman, Jessica. 2018. "*How Greece Is Reversing Brain Drain*". British Broadcasting Corporation, Abril 6. Disponível em: http://www.bbc.com/capital/story/20180404-one-answer-to-solving-greeces-brain-drain
[28] Callus, Andrew. 2015. "*French startups beg expats - 'Come home, work for us'*". Thomson Reuters, Maio 27. Disponível em: https://www.reuters.com/article/france-economy-startups/french-startups-beg-expats-come-home-work-for-us-idUSL5N0YI48220150527
[29] Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. 2018. "*Measuring Tax Support for R&D and Innovation*". Disponível em: http://www.oecd.org/sti/rd-tax-stats.htm

[30] PricewaterhouseCoopers. 2018. "*France - Corporate Tax Credits and Incentives*". Disponível em: http://taxsummaries.pwc.com/ID/France-Corporate-Tax-credits-and-incentives
[31] Dillet, Romain. 2018. "*France wants to become an artificial intelligence hub*". TechCrunch, Março. Disponível em: https://techcrunch.com/2018/03/29/france-wants-to-become-an-artificial-intelligence-hub/?guccounter=2
[32] Campanella, Edoardo. 2016. "*Europe's Lost Generation? The Brain Drain Problem, and How To Solve It*". Foreign Affairs, Janeiro 5. Disponível em: https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2016-01-05/europes-lost-generation
[33] Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. 2018. "*Table XVI(B): Nonimmigrant Visas Issued by Classification (Including Border Crossing Cards), Fiscal Years 2013-2017*". Disponível em: https://travel.state.gov/content/dam/visas/Statistics/AnnualReports/FY2017AnnualReport/FY17AnnualReport-TableXVIB.pdf
[34] Wikipedia. 2018. "*List of countries by Nobel laureates per capita*". Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_by_Nobel_laureates_per_capita
[35] Rollins, Carmen. 2014. "*Generation Next*". Fundo Monetário Internacional, Vol. 51, No. 3. Disponível em: https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2014/09/25under45.htm
[36] Roberts, Jeff J. 2017. "*7 Well-Known Tech Firms Founded by Immigrants or Their Children*". Fortune, Janeiro 30. Disponível em: http://fortune.com/2017/01/30/tech-immigrant-founders/
[37] Ewing Marion Kauffman Foundation. 2012. "*America's New Immigrant Entrepreneurs: Then and Now*". Disponível em: https://www.kauffman.org/what-we-do/research/immigration-and-the-american-economy/americas-new-immigrant-entrepreneurs-then-and-now
[38] O'Neil, Kevin. 2003. "*Brain Drain and Gain: The Case of Taiwan*". Instituto de Políticas de Migração, Setembro 1. Disponível em: https://www.migrationpolicy.org/article/brain-drain-and-gain-case-taiwan
[39] Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Irlanda. 2018. "*Overview of the Emigrant Support Programme*". Disponível em: https://www.dfa.ie/global-irish/support-overseas/emigrant-support-programme/emigrant-support-programme-overview/
[40] Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Irlanda. 2018. "*Support for the Irish Abroad: Annual Report 2017*". Disponível em: https://www.dfa.ie/media/globalirish/supportoverseas/20180705-Annual-Report-2017-FINAL.pdf
[41] Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Irlanda. 2015. "*Global Irish: Ireland's Diaspora Policy*". Disponível em: https://www.dfa.ie/media/globalirish/global-irish-irelands-diaspora-policy.pdf
[42] Kenny, Clara. 2016. "*Number of emigrants returning to live in Ireland jumps 74%*". The Irish Times, Agosto 23. Disponível em: https://www.irishtimes.com/life-and-style/abroad/generation-emigration/number-of-emigrants-returning-to-live-in-ireland-jumps-74-1.2765644
[43] Kenny, Clara. 2017. "*More Irish people still emigrating than moving back*". The Irish Times, Setembro 28. Disponível em: https://www.irishtimes.com/life-and-style/abroad/more-irish-people-still-emigrating-than-moving-back-1.3236979
[44] Serviço Central de Estatística. 2017. "*Population and Migration Estimates April 2018*". Disponível em: https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/er/pme/populationandmigrationestimatesapril2018/
[45] Weinar, Agnieszka. 2014. "*Emigration policies in contemporary Europe*". Carim East – Consortium for Applied Research on International Migration, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, San Domenico di Fiesole (FI): European University Institute. Disponível em: http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/31208/CARIM-East%20RR-2014_01.pdf?sequence=1
[46] Mendes, Filipa. 2019. "*Para os portugueses no Reino Unido, "ir ao consulado é um martírio" e a solução é ir a Lisboa*". Público, Janeiro 11. Disponível em: https://www.publico.pt/2019/01/11/sociedade/noticia/meses-espera-portugueses-nao-conseguem-marcacoes-consulado-londres-1857441
[47] Comissão Nacional de Eleições. 2019. "*Perguntas Frequentes: Recenseamento / Direito de Voto no estrangeiro*". Disponível em: http://www.cne.pt/faq2/116/3
[48] Portal do Cidadão. 2018. "*Alterar a morada do Cartão de Cidadão*". Disponível em: https://www.portaldocidadao.pt/pt/web/instituto-dos-registos-e-do-notariado/alterar-a-morada-do-cartao-de-cidadao;jsessionid=39CC51EBE7733F0CEB09D6F59D1D2DD3.node-01

[49] Almeida, São José. 2017. "*Recenseamento automático aumenta em mais de um milhão os eleitores emigrados*". Público, Dezembro 15. Disponível em: https://www.publico.pt/2017/12/15/politica/noticia/recenseamento-automatico-aumenta-em-mais-de-um-milhao-os-eleitores-emigrados-1796011
[50] Pordata. 2015. "*Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro*". Disponível em: https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+absten%C3%A7%C3%A3o+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Assembleia+da+Rep%C3%BAblica+total++residentes+em+Portugal+e+residentes+no+estrangeiro-2208-178392
[51] Pordata. 2015. "*Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro*". Disponível em: https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+absten%C3%A7%C3%A3o+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+o+Parlamento+Europeu+total++residentes+em+Portugal+e+residentes+no+estrangeiro-2209-178397
[52] Pordata. 2016. "*Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro*". Disponível em: https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+absten%C3%A7%C3%A3o+nas+elei%C3%A7%C3%B5es+para+a+Presid%C3%AAncia+da+Rep%C3%BAblica+total++residentes+em+Portugal+e+residentes+no+estrangeiro-2207-178387
[53] Guerreiro, Pedro. 2015. "*Há jovens no estrangeiro que querem votar, mas o sistema não os deixa*". Público, Setembro 24. Disponível em: https://www.publico.pt/2015/09/24/politica/noticia/votos-mantidos-a-distancia-1708527
[54] Mundo Lusíada. 2015. "*Eleições: Abstenção na emigração preocupa políticos portugueses*". Disponível em: https://www.mundolusiada.com.br/politica/eleicoes-abstencao-na-emigracao-preocupa-politicos-portugueses/
[55] Instituto da Mobilidade e dos Transportes. 2019. "*Troca de título de condução estrangeiro*". Disponível em: http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Condutores/TrocaCartaConducao/Paginas/TrocadeCartaConducao.aspx
[56] Instituto da Mobilidade e dos Transportes. 2019. "*Países da União Europeia e do Espaço Económico Europeu*". Disponível em: http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Condutores/TrocaCartaConducao/PaisesEspacoEconomicoEuropeu/Paginas/PaisesdoEspacoEconomicoEuropeu.aspx
[57] Instituto da Mobilidade e dos Transportes. 2019. "*Países não Aderentes às Convenções Internacionais de Trânsito Rodoviário*". Disponível em: http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Condutores/TrocaCartaConducao/PaisesnaoAderentesConvencoes/Paginas/PaisesnaoAderentesConvencoes.aspx
[58] Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. 2019. "*Documentos necessários para aquisição do Passaporte Eletrónico Português*". Disponível em: https://www.pep.pt/perguntas-frequentes/
[59] Agunias, Dovelyn Rannveig, and Kathleen Newland. 2007. Circular Migration and Development: Trends, Policy Routes, and Ways Forward. MPI.
[60] Ratha, Dilip. 2005. "*Workers' Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance.*" Retirado Julho 17, 2013
[61] Délano, Alexandra. 2009. "*From Limited to Active Engagement: Mexico's Emigration Policies from a Foreign Policy Perspective (2000–2006).*" International Migration Review 43(4):764–814.

Presidente da Juventude Social Democrata

Margarida Balseiro Lopes

Coordenadora do Gabinete de Estudos

Raquel Baptista Leite

Sub-coordenadora do Gabinete de Estudos

Cristiana Santos

Membros do Gabinete que redigiram o documento

Afonso Carrelo, Arnaldo Sarmento, Carlos Cunha Coutinho, Daniel Fernandes, João Matias, José Luís Pinto Basto, Lisa Ploeg, Mariana Coelho, Miguel Henriques, Nuno Tirapicos Reis, Raquel Rolo, Tomás Portas

Edição do documento

João Matias

Agradecimento ao Vice-Presidente da JSD João Pedro Louro pelos contributos para a realização do documento

Fevereiro 2019